

PRIMEIRO SEMESTRE

Financiamento de veículos cresce 10,9%

No primeiro semestre de 2026, o financiamento de veículos cresceu de R\$ 3,41 milhões para R\$ 3,78 milhões, um aumento de 10,9%. O valor é o maior volume para um primeiro semestre desde 2008, quando houve o registro de R\$ 4,23 milhões em financiamentos. Os da-

dos são da Trillia, empresa de análise de dados da B3. No acumulado de janeiro a junho de 2026, os veículos usados responderam por 2,38 milhões de unidades financiadas, enquanto os novos somaram 1,39 milhão. Em 2025, o volume foi de 2,18 milhões e 1,22 milhão, res-

pectivamente. Todas as regiões brasileiras registraram expansão no financiamento de veículos entre o primeiro semestre de 2026 e o mesmo intervalo de 2025. O avanço mais expressivo ocorreu na Região Centro-Oeste, com expansão de 13,1%. **PÁGINA 2**

CONVENÇÃO DO PL

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



PT ‘quer saber’ quem bancou Javier Milei na ‘festa de Flávio’

O PT acionou a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) para investigar possíveis irregularidades na participação do presidente da Argentina, Javier Milei, na convenção do PL que oficializou a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (**foto**) à Presidência da República. Na representação, o partido questiona a falta de transparência sobre a origem dos recursos utilizados para viabilizar a viagem do líder argentino ao evento. A sigla pede a abertura de investigação para apurar se a presença de Milei foi custeada com recursos públicos da Argentina, recursos próprios do presidente, verbas partidárias do PL ou aportes privados de terceiros. Segundo o PT, a identificação da origem do financiamento permitirá ao Ministério Público Eleitoral verificar a regularidade jurídica das despesas. A representação também questiona o uso da estrutura do governo de SP para receber Milei. **PÁGINA 6**

MAIS UM ANO

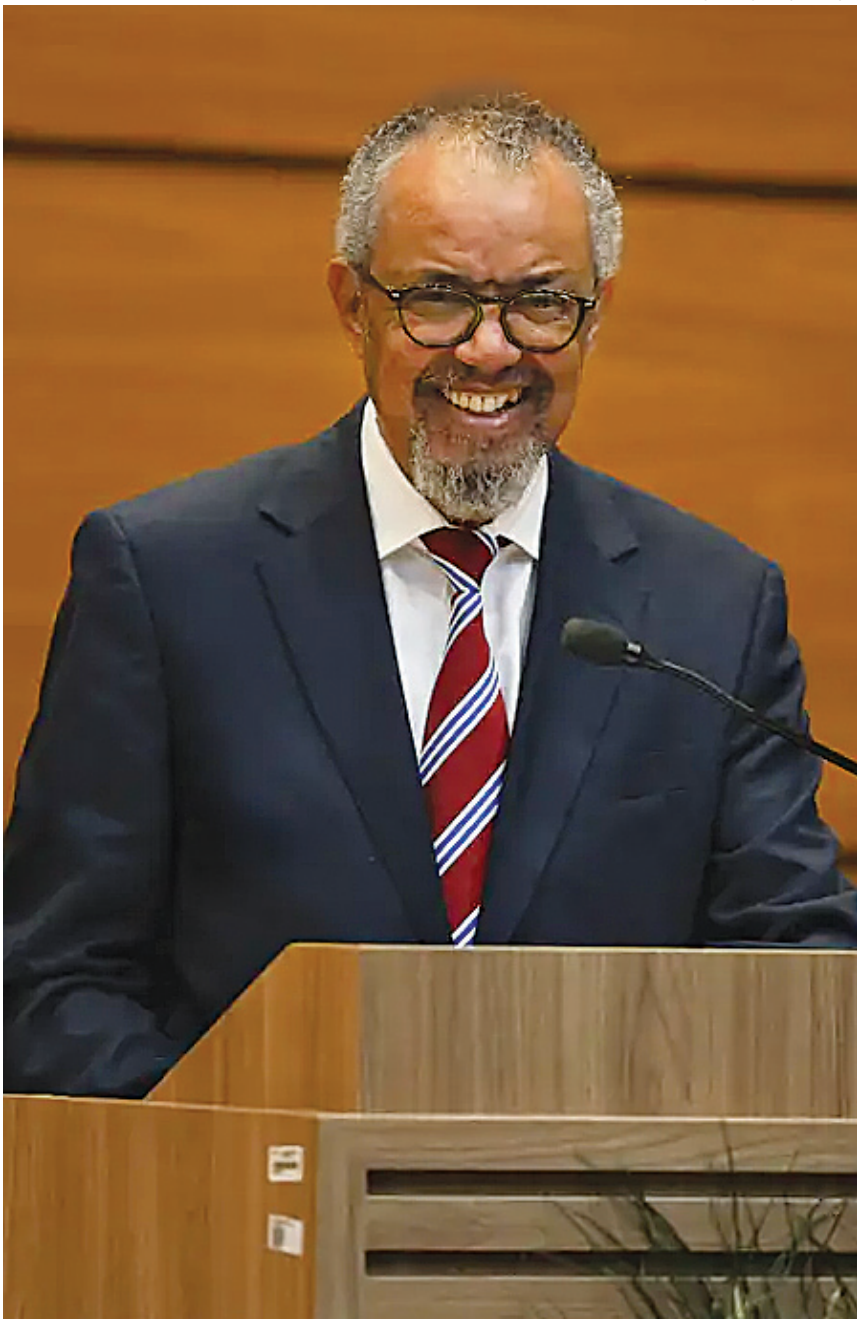
Trump prorroga estado de emergência contra o Brasil

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prorrogará por mais um ano a emergência nacional em relação ao Brasil, mantendo em vigor a declaração originalmente estabelecida pela ordem executiva de 30 de julho de 2025. O aviso será publicado hoje no Federal Register, o diário oficial dos EUA. No documento, Trump afirma que permanecem válidas

as razões que embasaram a declaração de emergência, alegando que políticas e ações do governo brasileiro continuam representando uma ameaça "incomum e extraordinária" à segurança nacional, à política externa e à economia dos EUA. O texto repete as justificativas do decreto do ano passado, incluindo acusações de restrições à liberdade. **PÁGINA 7**

SUS

TOMAZ SILVA/ABRASIL



Diretor da OMS: Brasil é exemplo mundial por sistema de saúde

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus (**foto**), disse na segunda-feira que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo para o mundo por garantir atendimento universal a uma população de mais de 200 milhões de pessoas. A declaração foi feita durante visita ao Hospital Federal do Andaraí, Zona Norte do Rio de Janeiro, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e de autoridades estaduais e municipais. O diretor-geral da OMS destacou que poucos países possuem um sistema público com cobertura tão ampla. "O SUS é um dos raríssimos sistemas de saúde no mundo que cobre toda a população. Com isso, garante acesso às pessoas que não têm condições de pagar pelos serviços de saúde", disse. "O Brasil mostra ao mundo que serve como exemplo. O sistema de saúde brasileiro é universal e demonstra que saúde deve ser para todos, não apenas para alguns", complementou. Tedros ainda elogiou a atuação do Brasil na agenda internacional da saúde, citando o acordo global sobre pandemias aprovado neste ano e a cooperação histórica entre a OMS e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **PÁGINA 7**

PREFEITURA

Rio: impacto do turismo na economia é de R\$ 17,2 bilhões

PÁGINA 5

JULHO

Prévia da inflação oficial fica em 0,06%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, ficou em 0,06% em julho deste ano. A taxa ficou abaixo das observadas no mês anterior (0,41%) e em julho de 2025 (0,33%). O dado foi divulgado ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA-15 acumula taxas de inflação de 3,51% neste ano e de 4,52% em 12 meses. O principal responsável pela inflação na prévia de julho deste ano foi

o grupo de despesas habitação, que apresentou alta de 0,97% no período. A taxa foi puxada pelos aumentos de 3,03% na energia elétrica residencial e de 0,26% na tarifa de água e esgoto. Já o grupo de despesas alimentação apresentou uma deflação (queda de preços) de 0,66% e contribuiu para a queda do IPCA-15 de junho para julho deste ano. Comprar alimentos para preparar comida dentro de casa, a chamada alimentação no domicílio, ficou 1,14% mais barato. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA -0,46% / 176.723,62 / -823,95 / Volume: 21.382.977.184 / Negócios: 2.748.870												Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,50% (jun.)	EURO turismo			
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	0,16% (jun.)	Compra: 5,8551	Venda: 6,0351		
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.											
B3SA3	15,65	-1,57	-0,25	ONCO11	0,030	+50,00	+0,010	ONCO11F	0,010	-66,67	-0,020	Dow Jones	51.711,65	-0,97	Taxa Selic							
SBSF3	29,00	-0,99	-0,29	AZEV3F	2,35	+29,12	+0,53	OIBR4F	0,41	-28,07	-0,16	S&P 500	7.408,3	-1,21	(17/06)	14,25%	(17/06)	14,75%	Compra: 5,0807	+0,33%		
PETR4	42,95	+0,87	+0,37	AZEV3	2,38	+28,65	+0,53	ESTR4	1,80	-17,05	-0,37	US Tech 100	27.757,96	-1,62	TR							
ITUB4	42,56	-0,79	-0,34	LUXM4F	2,99	+16,80	+0,43	FSRF11	0,07	-12,50	-0,01	Euronext 100	1.911,09	-1,22	(24/07)	0,1716%						
CVCB3	1,31	+3,15	+0,04	DOTZ3F	4,570	+9,59	+0,400	ATED3F	1,400	-10,83	-0,170	CAC 40	8.299,09	-1,64	Poupança							
												FTSE 100	0.639,17	-0,73	(24/07)	0,6725%						
																		BM&F/grama/RJ	R\$ 662,87	Compra: 5,0833	Venda: 5,0839	
																		EURO Comercial			Compra: 5,1123	Venda: 5,2923

MERCADOS



Bolsa sobe com IPCA-15 abaixo do esperado e fluxo estrangeiro

DENISE ABARCA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta pela segunda sessão seguida, amparado por uma combinação de fatores internos e externos. Enquanto, no exterior, o apetite pelo risco, alimentado pela melhora da perspectiva nas negociações entre EUA e Irã, estimulou fluxo, no Brasil o que garantiu o bom desempenho foi o IPCA-15 de julho muito abaixo do piso das estimativas.

Pela manhã desta terça-feira, o Ibovespa (Índice Bovespa) chegou a romper os 178 mil pontos, em forte reação à divulgação do índice de inflação, que estimulou uma série de revisões em baixa para o IPCA em 2026 e também as apostas na continuidade do ciclo de queda da Selic para além de agosto, o que favoreceu especialmente papéis sensíveis ao ciclo econômico. O IPCA-15 subiu 0,06%, ante piso das estimativas de 0,17%.

Petrobras ON subiu 0,8% e a PN avançou 0,49%. O petróleo Brent para outubro caiu 4,41%, a US\$ 82,08 o barril. Já Vale ON foi penalizada pelo recuo do minério durante boa parte da sessão, mas conseguiu zerar as perdas ao fechar estável.

O fluxo externo também respondeu pelo bom desempenho de outros blue chips, como as do setor financeiro. Itaú Unibanco PN, o de maior peso no setor financeiro, fechou em alta de 0,4%, mas o destaque foram as units do Santander (+1,13%).

Na lista das maiores valorizações, preponderaram os papéis cíclicos, com Vamos (+5,05%) à frente, seguida por Hapvida (+4,02%), acompanhando a queda dos juros fu-

turos. Em contrapartida, Telefônica Brasil ON (-5,98%) e Tim ON (-5,81%) lideraram as maiores quedas, refletindo a leitura negativa dos balanços divulgado na segunda, seguida por Sabesp ON (-2,08%).

Em Nova York, o Dow Jones subiu 1% (+1,03%) em contraponto ao Nasdaq, que cedeu 0,22%, em dia de rotação, com saída de fluxo das empresas de chips e tecnologia em direção a setores mais tradicionais, segundo a Avenue. As bolsas americanas, exceto o Nasdaq, também se favoreceram do recuo do petróleo e do alívio nas apostas de que o Fed vá subir os juros em 2026.

O Ibovespa encerrou o dia em alta de 0,7%, com 176.564,75 pontos. Na mínima, atingiu 175.326,40 pontos (estável) e na máxima foi aos 178.538,64 (+1,83%). Em julho, o índice acumula avanço de 2,64% e, em 2026, de 9,58%. O giro da Bolsa nesta terça foi de R\$ 21,9 bilhões.

DÓLAR

A queda de 4% do petróleo e as posições mais cautelosas dos investidores na véspera da decisão de juros do Federal Reserve (Fed) justificam a leve alta do dólar ante o real nesta terça-feira. Embora a moeda americana tenha caído contra a maior parte das divisas fortes e emergentes.

Após tocar mínima a R\$ 5,1097 (-0,05%) no início da tarde, o dólar à vista voltou a operar em leve alta contra o real e fechou a R\$ 5,1223 (+0,2%), após máxima a R\$ 5,1301 pela manhã. Às 17h, o contrato futuro para agosto subia 0,14% (a R\$ 5,1260) enquanto o índice DXY, que mede a divisa americana contra seis pares fortes, recuava 0,11%.

IPCA-15

Prévia da inflação oficial fica em 0,06% em julho, diz IBGE

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, ficou em 0,06% em julho deste ano.

A taxa ficou abaixo das observadas no mês anterior (0,41%) e em julho de 2025 (0,33%). O dado foi divulgado ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA-15 acumula taxas de inflação de 3,51% neste ano e de 4,52% em 12 meses.

O principal responsável pela inflação na prévia de julho deste ano foi o grupo de despesas habitação, que apresentou alta de 0,97% no período. A taxa foi puxada pelos aumentos de 3,03% na energia elétrica residencial e de 0,26% na tarifa de água e esgoto.

Já o grupo de despesas alimentação apresentou uma deflação (queda de preços) de

0,66% e contribuiu para a queda do IPCA-15 de julho para julho deste ano.

Comprar alimentos para preparar comida dentro de casa, a chamada alimentação no domicílio, ficou 1,14% mais barato, de acordo com a prévia de julho deste ano, devido às quedas de preços de produtos como tomate (-19,95%), a batata inglesa (-10,03%) e o café moído (-3,13%). Por outro lado, comer fora de casa ficou 0,55% mais caro no período.

Entre os demais grupos de despesa analisados pelo IPCA-15, quatro tiveram inflação: artigos de residência (0,19%), transportes (0,11%), saúde e cuidados pessoais (0,28%) e despesas pessoais (0,08%). Três grupos tiveram deflação: vestuário (-0,33%), educação (-0,04%) e comunicação (-0,02%).

Para calcular o IPCA-15 de julho deste ano, foram coletados preços no período de 17 de junho e 15 de julho.

MONTADORAS

Financiamento de veículos cresce 10,9% no 1º semestre

MATHEUS CROBELATTI/ABRASIL

No primeiro semestre de 2026, o financiamento de veículos cresceu de R\$ 3,41 milhões para R\$ 3,78 milhões, um aumento de 10,9%. O valor é o maior volume para um primeiro semestre desde 2008, quando houve o registro de R\$ 4,23 milhões em financiamentos. Os dados são da Trillia, empresa de análise de dados da B3.

No acumulado de janeiro a junho de 2026, os veículos usados responderam por 2,38 milhões de unidades financiadas, enquanto os novos somaram 1,39 milhão. Em 2025, o volume foi de 2,18 milhões e 1,22 milhão, respectivamente.

Todas as regiões brasileiras registraram expansão no financiamento de veículos entre o primeiro semestre de 2026 e o mesmo intervalo de 2025. O avanço mais expressivo ocorreu na Região Centro-Oeste, com expansão de 13,1%. Na sequên-

cia, aparecem o Nordeste (12,6%), o Sul (11,2%), o Sudeste (10,6%) e o Norte (4,4%).

Entre as diferentes categorias de automotores, os comerciais leves acumulam a maior parte dos financiamentos. Em junho de 2026, o segmento somou 434 mil unidades financiadas, ante 388 mil em junho de 2025, alta de 11,9%. Na comparação com maio de 2026, houve variação negativa de 2,6%.

Os automóveis usados apresentaram crescimento no último ano, enquanto os novos retrocederam. Entre os autos leves novos, foram 112 mil unidades financiadas em junho de 2026, queda de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2025. Os usados chegaram a 323 mil unidades, crescimento de 12,0% na mesma base de comparação.

Quando analisado o acumulado do semestre, o prazo médio dos contratos para automóveis e comerciais leves registrou 47,2 meses, frente aos 46,3 meses verificados no ano anterior. A tendên-

cia de alta se estende por todas as categorias de tempo de uso.

Os principais avanços ocorreram no grupo de veículos com 4 a 8 anos de fabricação, cujo prazo médio subiu de 50 para 51,3 meses, e nos modelos até 3 anos, que passaram de 49,4 para 51,6 meses.

MOTOS

O mercado das motos também segue em expansão, principalmente entre o público que busca trabalhar com o ciclomotor. Ao todo, 155 mil motos foram financiadas em junho de 2026, representando um aumento de 5,6% frente as 147 mil registradas em junho de 2025. Por outro lado, o volume teve uma retração de 3,9% quando confrontado com o desempenho de maio de 2026.

As motocicletas usadas registraram 116 mil unidades financiadas em junho de 2026, o que representa uma alta de 5,5% na comparação anual. As motos novas totalizaram 39 mil unidades no mesmo mês, apresentan-

do uma queda de 2,4% quando comparadas a junho de 2025.

PESADOS

O setor de veículos pesados, como caminhões e ônibus, também apresentou desempenho positivo. No mês de junho de 2026, o total de unidades financiadas chegou a 24 mil, o que representa uma expansão de 7,1% frente as 22 mil registradas em junho de 2025. Quando confrontado com o volume de maio de 2026, constatou-se uma evolução de 5,8%.

Na segmentação por tempo de uso, os veículos pesados novos lideraram o crescimento com 13 mil financiamentos em junho de 2026, salto de 33,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Os modelos usados contabilizaram 11 mil unidades, com alta de 19,9% no mesmo período comparativo. O desempenho indica continuidade dos investimentos em transporte de cargas e passageiros.

BANCO CENTRAL

Exportações batem recorde e déficit das contas externas cai em junho

PEDRO PEDUZZI/AE

As exportações brasileiras bateram recorde histórico em junho e contribuíram para a melhora das contas externas do país.

De acordo com as Estatísticas do Setor Externo divulgadas ontem pelo Banco Central (BC), o déficit em transações correntes ficou em US\$ 2,3 bilhões no mês, menos da metade do resultado negativo de US\$ 5,2 bilhões registrado em junho de 2025.

A redução do déficit foi impulsionada principalmente pelo desempenho da balança comercial. O superávit comercial alcançou US\$ 8,8 bilhões em junho deste ano, ante US\$ 5,2 bilhões no mesmo mês do ano passado.

Na comparação interanual, houve aumento de US\$ 3,6 bilhões no saldo positivo do comércio exterior.

As exportações de bens somaram US\$ 36,4 bilhões, o maior valor da série histórica do Banco Central. O resultado representa crescimento de 24,8% em relação a junho de 2025. As importações também avançaram, alcançando US\$ 27,6 bilhões, alta de 15,3% na mesma comparação.

Apesar da melhora da balança comercial, o déficit na conta de serviços aumentou US\$ 0,7 bilhão em relação a junho do ano passado, totalizando US\$ 5,1 bilhões.

O resultado foi influenciado principalmente pelo crescimento das despesas líquidas com via-

gens internacionais, transporte e serviços de telecomunicações, computação e informação.

No acumulado de 12 meses encerrado em junho, o déficit em transações correntes somou US\$ 61,4 bilhões, equivalentes a 2,46% do Produto Interno Bruto (PIB). Em junho de 2025, o saldo acumulado negativo era de US\$ 75,5 bilhões, ou 3,52% do PIB.

INVESTIMENTOS

Os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingressos líquidos de US\$ 9,1 bilhões em junho, ante US\$ 3,1 bilhões no mesmo mês do ano passado. Em 12 meses, o investimento direto acumulado alcançou US\$ 89,3 bilhões, o equivalente a

3,58% do PIB.

Já os investimentos em carteira registraram saída líquida de US\$ 0,6 bilhão no mês. Houve retirada líquida de US\$ 2,2 bilhões em ações e fundos de investimento, parcialmente compensada por ingressos de US\$ 1,6 bilhão em títulos no mercado doméstico.

RESERVAS

As reservas internacionais fecharam junho em US\$ 367,6 bilhões, redução de US\$ 3,6 bilhões em relação a maio. Segundo o Banco Central, contribuíram para a queda do estoque as variações cambiais entre as moedas que compõem as reservas, as vendas de dólares no mercado à vista e as oscilações nos preços dos ativos.

TÍTULOS

Vendas do Tesouro Direto atingem segundo melhor resultado da história

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Impulsionadas pelo novo título Tesouro Reserva, as vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet registraram o segundo maior volume da história em junho, divulgou ontem o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 14,76 bilhões em papéis.

Por uma diferença de R\$ 30 milhões, o valor só perde para o recorde histórico de março, quando as vendas de títulos federais pela internet somaram R\$ 14,79 bilhões.

Em junho, o volume foi 44,51% maior que em maio, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 10,22 bilhões. Na comparação com junho do ano passado, o volume é 156,03% maior.

Os títulos mais procurados pe-

los investidores em junho foram os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 54,5%. A vendas das tradicionais Letras Financeiras do Tesouro (LFT) somaram R\$ 4,16 bilhões (28,2% do total).

As vendas do Tesouro Reserva, novo título indexado aos juros básicos que funciona como as caixinhas de bancos digitais, somaram R\$ 2,09 bilhões (14,2% do total).

Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), corresponderam a 34,3% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 16,7%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 4,6% das vendas. Criado em agosto de 2023,

o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 2% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic, que está em 14,25% ao ano. Com os juros altos, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 262,47 bilhões no fim de junho, alta de 4,57% em relação ao mês anterior (R\$ 251,01 bilhões) e alta de 45,53% em relação a junho do ano passado (R\$ 180,35 bilhões). Essa alta ocorreu por causa da correção pelos juros e porque as vendas superaram os resgates em R\$ 10,1 bilhões no úl-

timo mês.

INVESTIDORES

Em relação ao número de investidores, 261.877 participantes passaram a fazer parte do programa no mês passado. O total de investidores cadastrados atingiu 35.853.678. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumulou alta de 9,53%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 3.689.486, aumento de 21,19% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas de até R\$ 5 mil, que correspondeu a 75,4% do total de 1.530.276 operações de vendas ocorridas em junho. Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 50,7%. O valor médio por operação atingiu R\$ 9.648,34.



Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol

Em Recuperação Judicial

CNPJ sob o nº 47.589.413/0001-17

AVISO AOS ACIONISTAS

Nos termos do Art. 133, da Lei nº 6.404/76, a Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), inscrita no CNPJ sob o nº 47.589.413/0001-17, comunica aos seus acionistas que se encontram à sua disposição, na sede na Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Prédio Pacífic, bloco 2, sala 502, bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-028, os documentos relativos às contas dos exercícios sociais de 2024 e 2025, cuja aprovação será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária, a ser convocada oportunamente. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026. Ricardo Almeida de Abreu (Diretor). (28, 29 e 30/07/2026)

HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA

DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 27.902.165/0002-96 | NIRE 33.3.0035572-3

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2026

Aos 08/06/2026, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, reuniram-se, com a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração, os Conselheiros Daniel Lafer Matandos, Rafael Rezende e Natasha Espinosa Agnello. Presidiu os trabalhos o Sr. Daniel Lafer Matandos e secretariou-os o Sr. Rafael Rezende. Deliberou-se, por unanimidade e sem ressalvas, pela reeleição antecipada da totalidade dos membros da Diretoria Estatutária, para mandato unificado adicional de 2 (dois) anos, contado da data da reunião, a saber: Fernando Diez Viotti, Diretor Presidente; Daniel Lafer Matandos, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; Carolina de Farias Vilela, Diretora Comercial; Cristiano Morette, Diretor de Operações; Luis Minoru Shibata, Diretor de Novos Negócios; Nádia Eiko Sakamoto Galvão, Diretora Jurídica; e Fernando Buoro Auler, Diretor de Recursos Humanos. Os Diretores reeleitos tomaram posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, contendo as declarações legais de desimpedimento. A Diretoria foi autorizada a praticar todos os atos necessários ao registro, averbação, publicação e efetivação das deliberações. Rio de Janeiro/RJ, 08 de junho de 2026. Daniel Lafer Matandos – Presidente, Rafael Rezende – Secretário. PROTOCOLO 2026/00688670-9, ARQUIVADO EM 01/07/2026, SOB O NÚMERO 00007870012, FOI ASSINADO DIGITALMENTE. Gabriel Oliveira de Souza Voi, Secretário Geral.

Natural Energia S.A.

CNPJ nº 55.914.761/0001-40 - NIRE 33.3.0035475-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/06/2026

Data, Hora e Local: Em 30/06/2026, às 10hs, na sede social.

Convocação e Presenças: Dispensada a convocação, em decorrência da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.

Mesa: Presidente, Sr. Ricardo Salgado Martins; Secretário, Sr. Bruno Luiz Barbosa Sabino.

Deliberações aprovadas: 5.1. Aprovada a outorga, pela Companhia, na qualidade de acionista da Nova Era Infraestrutura S.A. (“NERA”), de alienação fiduciária da ação de emissão da NERA de sua titularidade, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as (a) obrigações decorrentes do “Contrato de Contragarantia”, a ser celebrado entre a Too Seguros S.A. (“Seguradora Too”), a BTG Pactual Seguros S.A. (“Seguradora BTGP” e, em conjunto com a Seguradora Too, “Seguradora”), a NERA, na qualidade de tomador, o FIP IE-II (conforme abaixo definido) e a Companhia, na qualidade de fiadores, exigida da NERA no âmbito do Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos do Edital do Leilão nº 2/2026 que estabeleceu as regras aplicáveis à realização do “Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026 - LRCAP de 2026 - UTes a Gás Natural, Carvão Mineral e UHES”, dos contratos de reserva de capacidade e da regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para assegurar o cumprimento das obrigações da NERA relativas à implantação e operação do Projeto (“Obrigações Garantidas Contrato de Contragarantia” e “Contrato de Contragarantia”, respectivamente); e (b) obrigações decorrentes “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Nova Era Infraestrutura S.A.”, a ser celebrado entre a NERA, na qualidade de emissora, o Natural Energia Nova Era Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Responsabilidade Limitada, na qualidade de titular das Debêntures (“Debenturista”), Natural Capital Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – Responsabilidade Limitada (“FIP-IE II”) e a Companhia, na qualidade de intervenientes anuentes (“Obrigações Garantidas Debêntures”, e, em conjunto com as Obrigações Garantidas Contrato de Contragarantia, “Obrigações Garantidas”, “Escritura de Emissão” e “Alienação Fiduciária de Ação da NERA”, respectivamente). 5.2. Aprovada a outorga, pela Companhia, da Fiança, renunciando a Companhia expressamente aos benefícios a que aludem os artigos 366, 827, 829, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e nos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil, bem como, a qualquer benefício eventualmente decorrente de pedido de recuperação judicial da NERA. 5.3. Aprovada a celebração pela Companhia, da Escritura de Emissão, do Contrato de Contragarantia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da NESA, bem como de quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e a outorga de procurações, em caráter irrevogável e irratável, em nome da Companhia, com vigência até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas; 5.4. Autorizada a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias ora aprovadas. Nada mais. Rio de Janeiro, 30/06/2026 JUCERJA nº 00007884563, 07/07/2026; Protocolo: 2026/00746247-3, 06/07/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A.

CNPJ: 33.791.591/0001-11-NIRE: 33.3.0011888-8

Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais-R\$)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		224.161	251.719
Ativo circulante		113.719	120.832
Caixa e equivalentes de caixa	5	82.957	87.540
Contas a receber	6	21.689	25.901
Estoques	-	2.258	2.175
Adiantamentos	-	1.749	2.152
Despesas antecipadas	-	1.897	1.158
Impostos a recuperar	7	3.169	1.906
Ativo não circulante		110.442	130.887
Transações entre partes relacionadas	8	-	4.005
Depósitos judiciais	9	10.394	9.118
Impostos a recuperar	7	-	3.453
I.R. e C.S. diferidos	20	7.291	22.780
Imobilizado	10	92.757	91.531
Passivo e patrimônio líquido		224.161	251.719
Passivo circulante		29.375	32.497
Fornecedores	11	3.868	7.558
Adiantamento de clientes	12	9.152	9.068
Obrigações trabalhistas	13	7.123	7.480
Tributos a recolher	-	1.566	2.078
Comissões de agências de viagens	-	536	730
Transações entre partes relacionadas	8	1.479	-
Outras contas a pagar	14	1.037	2.139
Dividendos a pagar	-	4.614	3.444
Passivo não circulante		10.445	49.972
Adiantamento de clientes	12	-	985
Transações entre partes relacionadas	8	-	11.586
Provisão para riscos judiciais	15	10.445	37.401
Patrimônio líquido		184.341	169.250
Capital social	16.a	133.085	133.085
Ações em tesouraria	-	(101)	(101)
Reserva de lucros	16.f	51.357	36.266

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais-R\$)								
	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2023		133.085	(101)	2.276	3.952	29.915	-	169.127
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	32.508	32.508
Reserva legal	16.c	-	-	1.625	-	-	(1.625)	-
Dividendo mínimo obrigatório	16.e	-	-	-	-	-	(2.470)	(2.470)
Dividendo pago	16.f	-	-	-	-	(29.915)	-	(29.915)
Dividendo adicional proposto em aprovação	16.g	-	-	-	-	28.413	(28.413)	-
Saldos em 31/12/2024		133.085	(101)	3.901	3.952	28.413	-	169.250
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	47.082	47.082
Reserva legal	16.c	-	-	2.354	-	-	(2.354)	-
Dividendo mínimo obrigatório	16.e	-	-	-	-	-	(3.578)	(3.578)
Dividendo pago	16.f	-	-	-	-	(28.413)	-	(28.413)
Dividendo adicional proposto em aprovação	16.g	-	-	-	-	41.150	(41.150)	-
Saldos em 31/12/2025		133.085	(101)	6.255	3.952	41.150	-	184.341

to de R\$ 34.773 sido efetuado na data de 9 de junho de 2025. O processo foi julgado em tribunais americanos. **2. Base de apresentação das demonstrações contábeis:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como com as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC-PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Data de aprovação das demonstrações contábeis:** A autorização de emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 16 de julho de 2026. **3. Opinião Auditores:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Palmares Hotéis e Turismo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Palmares Hotéis e Turismo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4. Sumário das políticas contábeis materiais:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Contas a receber:** Representam direitos a cobrar de terceiros e originam-se do curso normal das operações da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com as condições contratadas e ajustados pelos montantes estimados de eventuais perdas. A Companhia tem uma política para a constituição da Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), na qual é calculada 3% sobre a média dos últimos 12 meses do saldo de clientes (exceto cartões de crédito). **d) Estoques:** Referem-se a alimentos, bebidas e outros itens necessários ao atendimento dos hóspedes durante sua estada ou à realização de eventos, e são avaliados com base no custo médio de aquisição, que não excede o seu valor realizável líquido. **e) Adiantamentos:** Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos e para prestação de serviços. **f) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência. **g) Impostos a recuperar:** Os tributos a recuperar são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os tributos a recuperar são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação é esperada após esse período. **h) Transações entre partes relacionadas:** As contas a receber e contas a pagar entre partes relacionadas são reconhecidas pelo valor da transação, demonstrados pelo custo amortizado. As contas a receber e contas a pagar entre partes relacionadas são classificadas como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do ativo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **i) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, ainda que haja a possibilidade de desfêcho favorável da questão para a Companhia. **j) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou a partir do dia em que a construção é finalizada. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Benefitorias	25 anos
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*): Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso).

ANCHIETA E IMIGRANTES

Governo de São Paulo adia início do pedágio free-flow em rodovias

O governo do Estado de São Paulo informou na segunda-feira, que irá adiar o início da cobrança do pedágio "free-flow" nas rodovias Anchieta e Imigrantes. A cobrança eletrônica estava prevista para começar no próximo dia 1º de agosto, e uma nova data ainda não foi divulgada.

Até a entrada em operação do novo sistema, permanece a cobrança atual de R\$ 40,60 nas praças existentes da Anchieta (Riacho Grande, km 31) e Imigrantes (Piratinga, km 32). Esse valor transforma o pedá-

gio das rodovias que ligam a capital ao litoral paulista no mais caro do Brasil.

O governo Tarcísio de Freitas definiu os locais das praças onde a cobrança será feita, depois de críticas de moradores de um bairro de São Bernardo do Campo sobre o planejamento inicial. O pórtico da Rodovia dos Imigrantes no sentido norte será reposicionado para a região do quilômetro 38, enquanto o pórtico do sentido sul permanecerá na altura do quilômetro 29 e o equipamento da Anchieta será mantido no quilômetro 33.

ALTO PINHEIROS

Vigilância confirma caso de morcego infectado com raiva

DALILA SANTANA/AE

A Divisão de Vigilância de Zoonoses (DVZ), da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo, confirmou um caso de morcego infectado com o vírus da raiva no bairro Alto de Pinheiros, na zona oeste da capital.

O animal foi encontrado em 21 de julho e, após a confirmação, equipes da prefeitura realizaram ações educativas na região para orientar os moradores e reforçar medidas de prevenção.

Em 2026, a capital paulista já confirmou oito casos de morcegos com raiva. As ocorrências foram registradas nas áreas atendidas pelas Unidades de Vigilância em Saúde (UVIS) de Santa Cecília, Capela do Socorro,

Guaianases, Santo Amaro/Cidade Ademar e Lapa/Pinheiros, onde foi identificado o caso mais recente.

A raiva é uma zoonose causada por um vírus do gênero *Lyssavirus* que afeta todos os mamíferos, incluindo os seres humanos.

Nas áreas urbanas, os morcegos são atualmente os principais transmissores do vírus, por isso qualquer contato exige atenção

EM CASO DE CONTATO

A transmissão ocorre principalmente por mordidas, arranhões ou lambeduras de animais infectados.

Segundo o médico infectologista Marcos Vini da Silva, membro do Comitê de Medicina Tropical da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), os sintomas

podem demorar dias ou até anos para aparecer, embora o mais comum seja surgirem cerca de 45 dias após a infecção.

"Uma vez que a doença se instala, não há tratamento e ela leva à morte. O que protege o paciente é iniciar o tratamento antes do surgimento dos sintomas, com a vacina antirrábica, ou, quando indicado, com a vacina associada ao soro antirrábico", diz Marcos.

Em caso de contato direto com um morcego, a orientação é lavar imediatamente o local com água e sabão e procurar um serviço de saúde para avaliação.

Os primeiros sintomas incluem febre baixa, mal-estar e alterações de sensibilidade na região da mordida. Com a evolução da doença, podem surgir

difficuldade para engolir água (hidrofobia), espasmos desencadeados pelo contato com o ar (aerofobia), agitação intensa, paralisias e outros sintomas neurológicos.

O infectologista ressalta que qualquer acidente envolvendo morcegos ou outros mamíferos silvestres deve ser avaliado por um profissional de saúde, mesmo quando a lesão parece pequena.

CÃES E GATOS

A vacinação antirrábica anual é a principal forma de proteger cães e gatos contra a doença. Caso um animal tenha contato com um morcego, o tutor deve procurar atendimento veterinário e informar a ocorrência às autoridades de saúde.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série única da 25ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do "Termo De Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 25ª Emissão" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de agosto de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da "Cédula de Crédito Bancário" ("CCB"), em razão da entrega intempestiva das Demonstrações Financeiras anuais consolidadas da Devedora, referente a 2026, que foram entregues em 08 de junho de 2026, conforme a Cláusula 10.1, item (a), da CCB; II. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em decorrência da entrega intempestiva das Demonstrações Financeiras dos Avalistas, referente a 2026, que foram entregues em 20 e 21 de julho de 2026, conforme a Cláusula 4.1, item (xii), do "Instrumento Particular De Contrato De Cessão De Créditos Imobiliários E Outras Avenças" ("Cessão de Créditos"); III. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em virtude do envio intempestivo da declaração de imposto de renda dos Avalistas, pessoa física, referente a 2026, que foram entregues em 08 de junho de 2026, conforme a Cláusula 10.1, item (b), da CCB; IV. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (xxv), alínea (a), da CCB, em razão da ausência de envio da Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), conforma as Cláusulas 10.1, da CCB; V. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em virtude do não envio da declaração que visa demonstrar a não ocorrência de qualquer evento que gere ou possa gerar a obrigação de pagamento do vencimento antecipado, conforme a Cláusula 10.1, da CCB; VI. Caso aprovado os Itens "I" e "V", acima, conceder prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da celebração da data desta assembleia, para o cumprimento das obrigações mencionadas; VII. Aprovar a alteração da Cláusula 10.6, do Termo de Securitização, para que passe a vigorar, conforme seguinte redação: "10.6 Liberação da AEL. A Devedora poderá requerer à Emissora a liberação da(s) Alienação(ões) Fiduciária(s) de Imóveis que recaia sobre as Unidades. Sendo certo que, para que o procedimento de liberação da(s) Alienação(ões) Fiduciária(s) de Imóveis seja realizado, as condições abaixo devem ser integralmente observadas: (i) A Devedora deverá enviar à Emissora requerimento solicitando a liberação da(s) respectiva(s) da(s) Alienação(ões) Fiduciária(s) de Imóveis, acompanhado de: (i) relatório de repasses aprovados (incluindo a informação do valor do saldo devedor do respectivo Adquirente da Unidade a ser liquidada por meio do repasse) que deve ser validado pelo Agente de Monitoramento; e (ii) a comprovação do recebimento da totalidade dos recursos oriundos da venda respectiva Unidade na Conta do Patrimônio Separado; e (iii) a formalização via e-mail, pela Devedora, de que os recursos aportados na Conta Centralizadora são provenientes da comercialização da unidade cuja liberação está sendo solicitada; e (ii) Comprovação de que o respectivo Contrato de Venda e Compra celebrado com o Adquirente da Unidade a ser liberada contém as disposições obrigatórias estabelecidas na Cláusula 10.3, e no Lastro. " Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br , indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Vitória Tower (25)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de julho de 2026.	
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização	

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5	
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 150ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	
Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinquagésima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador SPE Ltda." conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 17 de agosto de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) do "Termo De Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da 1ª (Primeira) Emissão Da Ntrs Novo Terminal Rodoviário De Salvador Spe Ltda.", conforme aditado ("Notas Comerciais") e Cláusula 7.3.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio das demonstrações financeiras combinadas, completas e do relatório da administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em nome das Avalistas, nos termos da Cláusula 9.1, subitem (i), alínea (a) das Notas Comerciais, II. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do cumprimento intempestivo da obrigação não pecuniária do envio da lista atualizada dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, incluindo, mas não se limitando, aos Contratos de Locação e à lista de Companhias Rodoviárias, para posterior formalização de Aditamento Atualização, nos termos da Cláusula 3.5 do "Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças", conforme aditado ("Cessão Fiduciária"); III. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em razão da não apresentação do registro do 1º (primeiro) aditamento ao "Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Quotas E Outras Avenças Sob Condição Suspensiva" ("Alienação Fiduciária de Quotas") no RDT, conforme a Cláusula 4.1, do referido documento; IV. Caso aprovados os Itens "I" e "III" acima, aprovar prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de aprovação da presente matéria em assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas; V. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência da entrega intempestiva, das demonstrações financeiras combinadas, completas e do relatório da administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em nome da Emitente, nos termos da Cláusula 9.1, subitem (i), alínea (a) das Notas Comerciais; e VI. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, em decorrência do cumprimento intempestivo do envio do Relatório de Destinação dos Recursos, relativo ao 2º (segundo) semestre de 2025 e do 1º (primeiro) semestre de 2026, nos termos da Cláusula 4.3 das Notas Comerciais; Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br , com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br , indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Sinart 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 25 de julho de 2026.	
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização	

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 152ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 152ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) A 3ª (Terceira) Séries Da 152ª (Centésima Quinquagésima Segunda) Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Colmeia Like Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 17 de agosto de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de <i>waiver</i> , a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 4.3.1.1, subitem (x) do Termo de Securitização e Cláusula 8.1.2, subitem (x) do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais, Em Três Séries, Com Garantias Reais E Fidejussórias, Para Colocação Privada, Da Colmeia Like Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda." ("Notas Comerciais"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao enquadramento da Razão Mínima de Garantia, que configura uma Condição Precedente, nos termos da Cláusula 5.7, subitem (s) das Notas Comerciais; (ii) Caso aprovada a concessão de <i>waiver</i> prevista na alínea "i" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo adicional de até 90 (noventa) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria em Assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (iii) Aprovar a alteração da Cláusula 11.6 do Termo de Securitização, Cláusula 4.1.2.4 das Notas Comerciais e Cláusula 5.5 do "Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças" ("Cessão Fiduciária"), a fim de ajustar a Razão Mínima de Garantia de "130% (cento e trinta por cento)" para "120% (cento e vinte por cento)", de modo que passará a vigorar com a seguinte redação: "Razão Mínima de Garantia. A partir da Data de Emissão das Notas Comerciais da 1ª série, a Devedora deverá direcionar os Direitos Creditórios para a Conta Arrecadadora, sendo certo que, a partir do segundo mês contados da data da primeira integralização das Notas Comerciais da 1ª Série, a Emitente deverá observar a razão mínima de garantia correspondente a 120% (cento e vinte por cento), conforme indicado no âmbito do Relatório de Acompanhamento de Vendas ("Razão Mínima de Garantia)". (iv) Aprovar a alteração da Cláusula 9.1, subitem (y) das Notas Comerciais, a fim de ajustar a Razão Mínima de Garantia de "130% (cento e trinta por cento)" para "120% (cento e vinte por cento)", de modo que passará a vigorar com a seguinte redação: "9.1. Sem prejuízo as outras obrigações dispostas neste Termo de Emissão, a Emitente se obriga a: [...] (y) manter a Razão Mínima de Garantia, durante o prazo de vigência das Notas Comerciais, acima de 120% (cento e vinte por cento). Na hipótese, em caso da Adução, ser verificado que a Razão Mínima de Garantia não foi atendida, caberá à Emitente, no prazo de 15 (quinze) dias contados de tal Data de Adução, recompor a Razão Mínima de Garantia mediante a amortização extraordinária das Notas Comerciais." (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br , com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br , indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Colmeia Like 152", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 25 de julho de 2026.	
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização	

Nexans Brasil S.A.					
CNPJ/MF nº 31.860.364/0014-90					
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
			Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)		
Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	76.331	69.696	Fornecedores	110.777	56.070
Operações com derivativos	12.509	22.813	Operações de confirming	68.527	75.084
Contas a receber de clientes	207.942	170.388	Empréstimos e financiamentos	24.453	33.514
Estoques	100.653	84.011	Operações com derivativos	8.068	15.439
Impostos a recuperar	31.075	16.702	Impostos a recolher	2.360	8.001
Outros ativos	3.422	4.477	Salários e encargos sociais	12.340	9.729
Total do ativo circulante	431.932	368.087	Passivo de contrato	22.334	29.844
Não Circulante			Outras contas a pagar	17.943	13.948
Impostos a recuperar	66.480	35.985	Total do passivo circulante	266.802	241.629
Impostos diferidos	28.315	21.194	Não Circulante		
Depósitos judiciais	946	1.895	Partes relacionadas	50.078	68.005
	95.741	59.074	Empréstimos e financiamentos	55.521	
Imobilizado	84.615	76.501	Provisão para processos judiciais	36.652	36.732
	84.615	76.501	Impostos a recolher	7.416	12.759
Total do ativo não circulante	180.356	135.575	Provisão de benefícios pós emprego	5.074	4.979
Total ativo	612.288	503.662	Total do passivo não circulante	154.741	122.475
Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Total do passivo	421.543	364.103
	2025	2024	Capital social	772.430	772.430
Receita operacional líquida	819.242	633.356	Prejuizos acumulados	(579.738)	(630.650)
Custo dos produtos vendidos	(684.161)	(512.043)	Ajustes de avaliação patrimonial	(1.948)	(2.221)
Lucro bruto	135.081	121.313	Total do patrimônio líquido	190.745	139.559
Despesas de vendas	(45.349)	(34.051)	Total do passivo e patrimônio líquido	612.288	503.662
Despesas gerais e administrativas	(19.875)	(19.704)	Demonstração do Resultado Abrangente		
Outras receitas	56.619	26.068	Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
Outras despesas	(51.902)	(38.256)		2025	2024
Lucro operacional	74.574	55.370	Lucro líquido do exercício	50.912	55.229
Receitas financeiras	29.035	38.231	Outros componentes do resultado abrangente		
Despesas financeiras	(48.222)	(51.656)	Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Despesas financeiras, líquidas	(19.187)	(13.425)	Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	415	(2.484)
Lucro antes do imposto de renda e da CSLL	55.387	41.945	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resul-	(141)	845
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(4.475)	13.285	tados abrangentes		
Lucro líquido do exercício	50.912	55.229	Outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários	274	(1.639)
Resultado por ação básico e diluído (expresso em R\$ por ação)	1,05	1,14	Total do resultado abrangente	51.186	53.590
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuizos Acumulados	Total do patrimônio Líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	772.430	(583)	(685.877)	85.970	
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	–	–	–	–	
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(1.639)	–	(1.639)	
Lucro líquido do exercício	–	–	55.229	55.229	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	772.430	(2.221)	(630.648)	139.559	
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	–	274	–	274	
Lucro líquido do exercício	–	–	50.912	50.912	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	772.430	(1.948)	(579.736)	190.745	
Administração da Companhia					
Diego Fonseca Diretor Presidente	Marcos Vieira dos Santos Diretor Financeiro	Caroline Ventura Luppi Diretora	Paulo Cesar Bonacinni Contador – CRC 1SP 271.474/O-5		
As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.					

INVERNO:

Sol o dia todo sem nuvens, com nebulosidade à noite. Não chove.

CONTRAVENÇÃO

PMs que descumpriam prisão domiciliar são presos no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Três policiais militares que descumpriram as regras da prisão domiciliar foram alvos de novos mandados de prisão preventiva ontem, no Rio de Janeiro. Carlos Fernando Dias Chaves, Carlos Magno Mariano de Souza e Waldecir Barbosa Nunes são acusados de integrar o núcleo de segurança pessoal do contraven-tor Rogério Andrade desde a denún-cia apresentada na deflagração da Operação Pretorianos, em 2024.

Segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Públi-co do Estado do Rio de Janeiro

(Gaeco/MPRJ), o trio desrespei-tou reiteradamente as medidas cautelares a que estavam sub-metidos, incluindo o recolhi-mento noturno e aos finais de semana.

No caso de Carlos Fernando, foi constatado o descarregamen-to da tornozeleira eletrônica em, pelo menos, nove dias distintos. Em um desses casos, o aparelho permaneceu desligado por mais de três dias, o que inviabiliza a devida fiscalização do cumpri-mento da medida cautelar.

Segundo o MPRJ, as condutas dos três colocam em risco a or-dem pública e comprometem a aplicação da lei penal.

A ação de ontem contou com apoio da Coordenadoria de Se-

gurança e Inteligência (CSI) do Ministério Público e da Corree-doria da Polícia Militar do Esta-do do Rio de Janeiro

POLICIAIS DENUNCIADOS

A primeira fase da Operação Petrorianos foi deflagrada em março de 2024, para o cumpri-mento de 20 mandados de pri-são e 50 de busca e apreensão.

Entre os alvos estavam 18 po-liciais militares da ativa e um policial penal que integravam o grupo liderado pelo contraven-tor Rogério de Andrade. Nesta operação, o Gaeco denunciou a Justiça 31 pessoas pelo crime de organização criminosa.

Em 26 de novembro de 2025, o Gaeco obteve na Justiça deci-

são favorável à manutenção do contraventor Rogério Andrade no presídio federal de segurança máxima de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

A denúncia relata que Andra-de e Flávio da Silva Santos, co-nhecido como “Flávio da Moci-dade”, comandam a principal organização responsável pela exploração de jogos de azar no Estado do Rio de Janeiro, atuando na gestão dos pontos de jogo e em disputas violentas com grupos rivais.

O documento também des-creve a atuação dos acusados na corrupção sistemática de forças policiais, mediante o pagamen-to de propina a diversas unida-des das Polícias Civil e Militar.

VÍRUS HIV

Fiocruz e farmacêutica assinam acordo sobre novo antirretroviral

VITOR ABDALA/ABRASIL

Um memorando de enten-dimento entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a farmacêutica privada MSD permitirá a produção, no Bra-sil, de um novo medicamento contra o vírus HIV. O docu-mento foi assinado ontem, durante a 26ª Conferência In-ternacional da Aids, no Rio de Janeiro.

O Alimatravir (MK-8527) é um medicamento do tipo Pro-filaxia Pré-Exposição (PrEP), ou seja, ele deverá ser admi-nistrado antes de a pessoa en-trar em contato com o HIV pa-ra começar a agir antes da in-fecção das células pelo vírus causador da Aids.

O remédio ainda está sendo desenvolvido pela farmacêuti-ca e precisa ser aprovado no es-tudo clínico de fase 3, que ava-lia a eficácia do medicamento em um grupo grande de volun-tários e que está em andamen-tos. Além disso, seu uso no país ainda precisará ser aprovado pela Agência Nacional de Vigi-lância Sanitária (Anvisa).

“A vantagem é que a Fio-cruz já participa ativamente (dos estudos) com esse me-morando. Isso faz com que a gente tenha acesso mais rápi-do aos dados, possa apresen-tar mais rapidamente para a Anvisa e a Anvisa possa acom-panhar, antecipadamente, os estudos clínicos. Isso pode fa-zer com que a gente tenha o registro mais rápido no Bra-sil”, disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O HIV é um retrovírus que tem o RNA (ácido ribonuclei-co) como material genético e que carrega consigo uma enzi-ma chamada transcriptase re-versa. Depois que o vírus entra no linfócito T, uma célula do sistema imunológico humano, a transcriptase transforma o RNA em DNA (ácido desoxirri-bonucleico). E, com a ajuda de outra enzima, a integrase, o material genético do HIV se in-

sere no genoma do infectado.

A partir daí, o HIV usa o próprio mecanismo da célula humana para se replicar, a fim de que ele possa se espalhar pelo organismo.

O que o Alimatravir faz – as-sim como outros medicamen-tos da classe NRTTI (inibido-res da translocação da trans-cryptase reversa análogo de nucleosídeo) –, é impedir a ação da transcriptase reversa, bloqueando essa cadeia de re-plicação viral.

“De uma mandeira bem simples, ele impede que o ví-rus se replique”, afirma a dire-tora médica da MSD no Brasil, Márcia Abadi.

O SUS já oferece como pro-filaxia pré-exposição o uso combinado dos antirretrovir-ais orais Tenofovir e Entrici-tabina diariamente (PrEP diá-rio) ou em doses antes e de-pois do ato sexual (PrEP sob demanda).

Além disso, a Comissão Na-cional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) avaliará a inclusão no SUS de um PrEP injetável, administrado a cada dois meses, o Cabotegravir.

“(O Alimatravir) é um me-dicamento inovador, na medi-da em que é de uso oral, um tablete pequeno, com periodi-cidade mensal. A inovação vem no sentido de trazer mais comodidade para a pessoa que vai se prevenir contra a in-fecção pelo vírus HIV”, explica o diretor de Relações Institu-cionais da MSD no Brasil, Ro-drigo Cruz.

Segundo o ministro da Saú-de, Alexandre Padilha, se o Ali-matravir “tiver um bom resul-tado nos seus estudos clínicos finais e conseguir garantir o seu registro, vamos trabalhar para que, para ser incluído no SUS [Sistema Único de Saúde], haja transferência de tecnologia pa-ra a Fiocruz, para a Fiocruz produzir aqui no Brasil para o SUS e poder produzir também para toda a América Latina”.

REALTIME/BIG DATA

Eduardo Paes lidera corrida ao governo do Rio no 1º e 2º turnos

Pesquisa Realtime Big Data sobre a corrida ao governo do Rio de Janeiro mostra a lideran-ça de Eduardo Paes (PSD) (**foto**) com 37% das intenções de voto, seguido de Douglas Ruas (PL) com 16% e Anthony Garotinho (Republicanos) com 12%, no ce-nário de primeiro turno.

No segundo turno, Paes se-gue na liderança também. Con-tra Ruas, venceria as eleições por 43% a 27% e contra Garoti-nho por 44% a 25%.

No quesito rejeição, Garoti-nho lidera com 60%, Paes tem 41% e Ruas 24%.

- Benedita da Silva (PT) 14%
 - Carlos Portinho (PL) 13%
 - Pedro Paulo (PSD) 13%
 - Marcio Canella (União Bra-sil) 10%
 - Waguinho (Republicanos) 7%
 - Paulo Ganime (Novo) 4%
 - Luciana Boiteaux (PSOL) 3%
 - Professor Túlio (PSOL) 1%
 - Nulo/Branco 8%
 - Não Sabe/Não Respondeu 10%
- A pesquisa foi feita com dois mil eleitores do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 23 a 27 de julho, tem margem de erro de dois pontos porcen-tuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95% e está registrada na Justiça Elei-toral sob protocolo RJ-03487/2026.



TOMAZ SILVA/ABRASIL

SENADO

A corrida ao Senado Federal está da seguinte maneira:

- Marcelo Crivella (Republica-nos) 17%

DATROWAY

Anvisa aprova novo medicamento para câncer de pulmão

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigi-lância Sanitária (Anvisa) apro-vou a inclusão de um novo me-dicamento, o Datroway (dato-potamabe deruxtecana), para tratamento de pacientes adultos com câncer de pulmão. O regis-tro do medicamento oncológico do laboratório Daiichi Sankyo Brasil Farmacêutica Ltda. foi publicado na segunda-feira pas-sada no Diário Oficial da União.

indicado para o tratamento de pacientes adultos com câncer de pulmão de não pequenas cé-lulas (CPNPC), que se origina nos tecidos do pulmão e cujo tu-mor está em fase avançada (seja no próprio local do pulmão) ou em metástase (já espalhado pa-ra outros órgãos).

O produto farmacêutico pas-sa a ser usado como uma “próxi-ma tentativa” (linha posterior) em pacientes que já fizeram dois tratamentos anteriores e o cân-cer voltou a crescer.

O tumor precisa ter uma alte-ração genética específica cha-

mada mutação do EGFR (um re-ceptor na superfície da célula que estimula o crescimento do câncer).

MAIS LETAL NO MUNDO

O câncer de pulmão é a prin-cipal causa de morte por câncer no mundo e o câncer de pulmão de não pequenas células repre-senta aproximadamente 85% dos casos.

A Anvisa explica que é im-portante a identificação das mutações ativadoras do EGFR, entre os pacientes com câncer pulmonar, pois permite que os

médicos usem tratamentos “in-teligentes” (terapias-alvo), de-senhados sob medida para ata-car a falha genética da célula tumoral.

OUTRA INDICAÇÃO

Este medicamento já tinha registro da Anvisa para o trata-mento de pacientes adultos com câncer de mama triplo-negativo (CMTN), irressecável (que não pode ser removido completa-mente por cirurgia) ou metastá-tico (que se espalhou do local original para outras partes do corpo).

PRIMEIRO SEMESTRE

Impacto do turismo na economia do Rio atinge R\$ 17,2 bilhões

A cidade do Rio de Janeiro atrai mais turistas, nacionais e internacionais, a cada ano. O número maior de visitantes tem reflexo direto na econo-mia da cidade: a estimativa é que nos seis primeiros meses de 2026, o impacto atingiu R\$ 17,2 bilhões, sendo 65,6% (R\$ 11,3 bilhões) dos turistas na-cionais e 34,4% (R\$ 5,9 bi-lhões) dos turistas internacio-nais. A projeção da Prefeitura do Rio, por meio das secreta-rias de Desenvolvimento Eco-nômico (SMDE) e de Turismo (SMTUR-Rio) e pela Riotur, mostra que o Rio recebeu, no primeiro semestre de 2026, 6,4 milhões de turistas, sendo 20,0% (1,3 milhão) internacio-nais e 80,0% (5,1 milhões) na-cionais.

Os dados da quantidade de turistas nacionais e interna-

cionais são do Observatório do Turismo Carioca, da SMTUR-Rio. E o cálculo da movimentação econômica te-ve como base o estudo “Pano-rama Turístico – Turismo do-méstico e internacional 2025”, do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ). Para o turista brasileiro, o gas-to médio é de R\$ 2.212, atuali-zado para valores de junho de 2026, deflacionados pelo IP-CA. Para o turista estrangeiro, o gasto médio é de 4.624, valor convertido em dólar do perí-odo do estudo, e atualizado pe-la taxa de câmbio de junho de 2026. Vale destacar que a Pre-feitura do Rio – por meio da SMDE – tem um Acordo de Cooperação Técnica com o IFec RJ para a realização de es-tudos econômicos, inclusive sobre turismo.

GUARDA MUNICIPAL

Prefeitura apresenta redução de índices de roubos e furtos

A Prefeitura do Rio apresen-tou, ontem, durante a reunião do CompStat Rio, os indicadores de redução dos índices de rou-bos e furtos em sete perímetros de atuação da Divisão de Elite da GM-Rio – Força Municipal. Durante o encontro, o prefeito Eduardo Cavaliere destacou que os dados do Instituto de Seguran-ça Pública (ISP) apontam queda nos registros de roubos e furtos de aparelhos celulares e a pedestres nas áreas atendidas pelo efetivo.

“A redução dos índices com-prova aquilo que sempre defen-demos: com uma atuação pauta-da em dados técnicos, planeja-mento e gestão é possível realizar um trabalho eficiente na questão da segurança. Vamos seguir com esse trabalho apoiando e aperfei-çoando nossos agentes e am-pliando nossa área de atuação na cidade”, afirmou o prefeito Eduardo Cavaliere.

Nos três perímetros que abrangem boa parte do bairro de Botafogo e importantes vias

de acesso ao Flamengo, as redu-ções de roubos e furtos foram significativas. O perímetro que contempla o Metrô Botafogo x Rua São Clemente x Rua Volun-tários da Pátria teve a maior re-dução, com 67,4%. Já na área Praia de Botafogo x Rua Mar-quês de Abrantes a queda foi de 51,3%; e no eixo que abrange a Rua Lauro Müller x Rua General Severiano x Avenida Venceslau Brás a diminuição foi de 51,4%. Já no perímetro que com-preende a Rodoviária do Rio, o

Terminal Gentileza e a Estação Leopoldina, na região central da cidade, a redução foi de 44,6% nos registros de roubos e furtos. Também foram registradas que-das de 16,8% no perímetro da Avenida Presidente Vargas x Campo de Santana x Central do Brasil x Cinelândia; de 15,2% em Campo Grande, entre a Estação de Trem e o Calçadão; e de 32,9% na Tijuca, entre as esta-ções São Francisco Xavier e Afonso Pena.

Os dados apresentados são disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) e consideram a comparação dos registros de roubos e furtos de aparelhos celulares e a pedes-tres entre os mesmos períodos dos anos de 2025 e 2026 (os da-dos de julho de 2026 são parciais e ainda não foram compilados).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO
PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ARC-040115/000064/2026

A Secretaria Municipal de Turismo, no uso de suas atribuições legais, considerando razões de interesse público e por intermédio do Agente de Contratação que este subscrive, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 018/2026, com sessão de abertura marcada para o dia 07 de agosto de 2026, às 10:00 horas na plataforma eletrônica **LCITANET**, fica **SUSPENSO** o certame para alterações no Termo de Referência. Todas as informações referentes ao presente certame serão disponibilizadas na plataforma eletrônica acima referida, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência desta municipalidade.

Arraial do Cabo, 28 de julho de 2026
Hélio Fernando Mozart Gimenez
Agente de Contratação
Portaria nº 3.067/2025

SÃO PAULO

Aneel informa que vai pautar processo de caducidade da Enel

RENAN MONTEIRO/AE

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Fernando Mosna informou ontem, que colocará em pauta no próximo dia 11 de agosto o voto referente ao processo que pode resultar na recomendação da caducidade do contrato da Enel São Paulo. Será a última reunião dele na diretoria. O mandato de Mosna será encerrado no próximo mês.

No início do mês, a área técnica da agência recomendou a manutenção do processo após analisar o pedido de reconsideração da companhia. Segundo nota técnica da agência, as alegações foram amplamente analisadas, e

concluiu-se que os argumentos da Enel não derrubam as evidências de descumprimento do contrato de fornecimento de energia.

Na manifestação protocolada pela Enel SP, dentre outros pontos, é apontada para possível mudança nos critérios a serem considerados ao longo do processo que pode recomendar a caducidade da empresa. Segundo a companhia, a exigência de que ela tivesse desempenho superior ao de outras distribuidoras do Estado é um critério novo, que nunca constou do Termo de Intimação original nem do Plano de Recuperação - o que feriria a previsibilidade regulatória e a segurança jurídica.

CASO RAFAEL

TJ-SP ajusta pena de Paulo Cupertino de 98 anos para 90 de prisão

A pena de prisão do empresário Paulo Cupertino por triplo homicídio duplamente qualificado foi ajustada de 98 anos para 90 anos pela 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), em decisão publicada na segunda-feira passada.

Cupertino foi condenado pelo tribunal do júri em maio de 2025 a 98 anos de reclusão pelos assassinatos a tiros do ator Rafael Miguel, de 22 anos, e os pais do jovem, o casal João Alcísio Miguel, de 52, e Miriam Selma Silva Miguel, de 50. Quando era criança, Rafael atuou na versão brasileira da novela Chiquititas e em comerciais.

Cupertino foi julgado por homicídio doloso com duas qualificadoras: crime cometido sem chance de defesa das vítimas e por motivo fútil. Segundo o Ministério Público, Cupertino não aceitava o namoro da filha, Isabela Tibcherani, então com 18 anos, com o ator.

A redução segue o limite legal previsto de 30 anos para cada crime cometido, sem significar absolvição de qualquer uma das acusações, redução das condições qualificadoras ou modificação da responsabilização criminal.

O TJ-SP ainda rejeitou os pedidos da defesa de Cupertino para a anulação do processo. A defesa havia alegado violação ao princípio do promotor natural, quebra da cadeia de custódia e cerceamento de defesa, argumentos que não foram aceitos pela 10ª Câmara.

RELEMBRE O CASO

As vítimas foram alvejadas na porta da casa de Cupertino, no bairro Pedreira, zona sul da capital paulista. Eles tinham ido ao local para conversar com o empresário para uma possível conciliação sobre o relacionamento dos filhos.

Momentos antes do crime, Isabela tinha brigado com o pai e se refugiado na casa de Rafael e dos sogros. Sabendo que o empresário procurava pela filha, os pais do ator a levaram para a casa de Cupertino.

Ao chegarem no local, o empresário puxou a filha para dentro e retornou à porta com a arma em punho, efetuando diversos disparos contra Miriam, Rafael e João, que não

resistiram.

Paulo Cupertino fugiu e foi para Sorocaba, interior de São Paulo. Depois, um amigo comprou uma passagem com destino a Ponta Porã (MS), para que ele seguisse em fuga. O empresário ficou foragido por três anos.

O Ministério Público ofereceu a denúncia em 16 de junho de 2020 e o mandado de prisão foi expedido em 19 de junho de 2020. Paulo Cupertino permaneceu foragido até que foi capturado em 16 de maio de 2022 em um hotel de São Paulo, com uma identidade falsa. Com ele, foram encontrados chapéus, tintas de cabelo e lentes de contato que, segundo a polícia, o procurado usava para se disfarçar.

Preso no Centro de Detenção Provisória de Guarulhos II, Cupertino deveria ser julgado em outubro de 2024, mas conseguiu anular o julgamento depois de destituir o seu advogado. Por esse motivo, o juiz Antônio Carlos Pontes de Souza, na ocasião, suspendeu a sessão.

"Só vai namorar depois dos 30, se eu deixar".

Antes da suspensão do julgamento, Isabela Tibcherani Matias e sua mãe, Vanessa Tibcherani de Camargo, prestaram depoimento na sessão. Na época, elas relataram que viviam um relacionamento familiar conturbado em que Cupertino era possessivo e agressivo em relação às duas mulheres.

Na ocasião, a mãe afirmou que ele era agressivo e batia nela. Isabela disse que o pai sempre a tratou de forma diferenciada em relação ao irmão. Depois que ela começou a namorar, ele se tornou mais agressivo e a proibiu de se relacionar com Rafael ou outro garoto.

Segundo o depoimento, o pai monitorava o celular de Isabela e a proibia de sair de casa. Quando a promotora Soráia Bicudo Simões Munhoz perguntou quanto tempo ela ficou sem sair de casa, Isabela respondeu: "Oito meses, sem contato, sem celular, sem convívio com outras pessoas, só dentro de casa".

Ela pedia o celular da mãe para falar com o namorado. Isabela contou ainda que o pai falava, em conversas com conhecidos: Você só vai namorar depois dos 30, se eu deixar".

PARTIDO VAI A PGE

PT ‘quer saber’ quem bancou Milei na convenção do PL

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O PT acionou a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) para investigar possíveis irregularidades na participação do presidente da Argentina, Javier Milei, na convenção do PL que oficializou a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República. Na representação, o partido questiona a falta de

transparência sobre a origem dos recursos utilizados para viabilizar a viagem do líder argentino ao evento.

A sigla pede a abertura de investigação para apurar se a presença de Milei foi custeada com recursos públicos da Argentina, recursos próprios do presidente, verbas partidárias do PL ou aportes privados de terceiros. Segundo o PT, a identificação da origem do fi

nanciamento permitirá ao Ministério Público Eleitoral verificar a regularidade jurídica das despesas

A representação também questiona o uso da estrutura do governo de São Paulo para receber o presidente argentino no Palácio dos Bandeirantes. Antes da convenção do PL, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) concedeu a Milei a Ordem do Ipiranga, a mais alta

honraria do Estado.

"Justamente porque a solenidade envolveu aparato estatal, instalações públicas, protocolo oficial, participação de agentes públicos e utilização da estrutura administrativa estadual, mostra-se imprescindível esclarecer a extensão dos recursos empregados e sua efetiva vinculação à finalidade institucional que justificou a realização do ato", afirma o PT.

ATAQUE A LULA

Flávio entrega esclarecimentos por escrito em inquérito e nega calúnia

AGUIRRE TALENTO/AE

O senador e candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), decidiu não prestar depoimento à Polícia Federal (PF) em inquérito sobre suspeita de calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e enviou esclarecimentos por escrito ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O caso envolve uma publicação de Flávio em rede social na qual o senador comentava uma notícia sobre eventual delação premiada do ex-ditador venezuelano Nicolás Maduro e fazia relação do tema com o presidente brasileiro. "Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições frau-

dadas", escreveu Flávio. O depoimento estava previsto para ontem.

Na petição apresentada ao STF, sua defesa negou o cometimento de crimes e disse que a segunda parte da frase se referia a Maduro, não a Lula.

Sobre a declaração de que o petista seria delatado, a defesa de Flávio afirmou que isso não poderia ser considerado crime.

"Dizer que alguém 'será delatado' significa, tão somente, afirmar que essa pessoa será mencionada por um colaborador no âmbito de seu depoimento. Nada além disto. E ser mencionado por um colaborador em seu depoimento não significa ter contra si uma imputação criminosa ou ter a atribuição de uma prática ilícita em seu desfavor", diz a petição.

"Final, nem tudo o que um

colaborador diz envolve um fato criminoso, bem como nem toda pessoa por ele mencionada é infratora. Logo, alguém pode sim ser delatado (ou seja: estar mencionado em uma colaboração) sem ter praticado qualquer crime ou sem ser objeto de uma imputação. Afinal, é inerente ao procedimento de colaboração narrar não apenas delitos, mas também contextos, relações e circunstâncias, mencionando pessoas cujas condutas não necessariamente são criminosas", acrescenta.

O inquérito tramita no STF sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes para apurar se houve crime contra a honra do presidente Lula.

"Os advogados sustentam que as manifestações atribuídas ao senador se inserem no con-

texto do debate político e dizem respeito a posicionamentos públicos e afinidades políticas amplamente discutidos no cenário nacional e internacional. Argumentam, assim, que estabelecer comparações entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o venezuelano Nicolás Maduro, no âmbito da crítica política, não configura calúnia", afirma por nota a defesa, representada pelos advogados Tracy Reinaldet, Matheus Macedo e Leonardo Castegnaro.

"Para a defesa, a liberdade de expressão constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito e protege, por sua própria natureza, manifestações contundentes, críticas severas e discursos de natureza política, especialmente quando dirigidos a agentes públicos e autoridades", diz.

TEDROS ADHANOM

Lula pede para diretor da OMS mandar recado sobre SUS para Trump

LAVÍNIA KAUCZ E RAYANDERSON GUERRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu ao diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, para mandar um recado ao presi-

dente norte-americano Donald Trump sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

"Quando você puder conversar com o presidente Trump, ele que anunciou que ia cortar a verba da OMS, diga para ele como um presidente de um país que não é rico como os Estados

Unidos consegue garantir a cada cidadão brasileiro o mesmo tratamento de saúde que terá o presidente da República", disse Lula em visita ao Hospital Federal do Andaraí, no Rio de Janeiro, ontem.

Lula também pediu ao diretor da OMS que diga a Trump

CONVENÇÃO

Defesa de Flávio diz ao TSE que vídeo de Bolsonaro feito por IA segue lei eleitoral

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A defesa do candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) (foto) alegou que o vídeo do ex-presidente Jair Bolsonaro simulado por inteligência artificial (IA) e apresentado na convenção do PL respeita a lei eleitoral e não configura pedido explícito de voto.

Na manifestação enviada à Corte ontem, os advogados negam as irregularidades apontadas pelo PT, que acionou o TSE sob a alegação de uso ilícito de IA e propaganda eleitoral antecipada. O relator do caso é o presidente do tribunal, Kássio Nunes Marques.

O vídeo exibiu um avatar de Bolsonaro que alertava para o uso de IA. Em seguida, o próprio avatar afirmou que está impedido de se manifestar por uma "decisão injusta e arbitrária" e que "nenhuma prisão irá calar o sentimento de esperança."

Ao TSE, a defesa de Flávio disse que o avatar "nada mais é



AGENCIA SENADO

do que a versão moderna e tecnológica" dos bonecos de papel, cartazes e máscaras que sempre foram utilizadas nesse tipo de evento.

Os advogados alegam que o vídeo seguiu a resolução do TSE que exige a identificação do uso

da IA em peças eleitorais. "O elemento juridicamente decisivo deve ser a capacidade concreta de enganar, falsificar acontecimentos", diz a peça. "No caso, o aviso inicial neutralizou a possibilidade de confusão sobre a materialidade do vídeo."

Também sustentaram que a propaganda "intrapartidária" realizada durante as convenções para definição dos candidatos é lícita e não configura propaganda eleitoral antecipada. Também negaram que a expressão "o futuro é Flávio Bolsonaro" possa ser compreendida como pedido de voto.

Os advogados ainda defendem que a "transferência de capital político" de Bolsonaro para Flávio, apontada pelo PT como ilícita, não pode ser enquadrada como crime. "A declaração de apoio de liderança política a correligionário é atividade absolutamente ordinária da vida partidária e que faz parte da própria natureza da vida política", afirma a manifestação.

Como exemplo, a defesa citou a campanha presidencial de Fernando Haddad em 2018, apresentando imagens em que o então candidato aparece usando uma máscara de Lula, preso à época, e o slogan "Haddad é Lula".

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

MAIS UM ANO

Trump prorroga estado de emergência contra o Brasil

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prorrogará por mais um ano a emergência nacional em relação ao Brasil, mantendo em vigor a declaração originalmente estabelecida pela ordem executiva de 30 de julho de 2025. O aviso será publicado hoje no Federal Register, o diário oficial dos EUA.

No documento, Trump afirma que permanecem válidas as razões que embasaram a declaração de emergência, alegando que políticas e ações do governo

brasileiro continuam representando uma ameaça "incomum e extraordinária" à segurança nacional, à política externa e à economia dos EUA. O texto repete as justificativas do decreto do ano passado, incluindo acusações de restrições à liberdade de expressão, violações de direitos humanos e perseguição política ao ex-presidente Jair Bolsonaro, além de críticas a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

A medida, porém, não cria novas sanções nem restabelece tarifas. A prorrogação é uma exigência da Lei de Emergências

Nacionais americana, que determina a renovação anual das declarações de emergência para evitar sua expiração automática.

O decreto de julho de 2025 havia imposto uma tarifa adicional de 40% sobre a maior parte das importações brasileiras com base na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês). No entanto, essa tarifa deixou de vigorar em fevereiro de 2026, após a Suprema Corte dos EUA decidir que a IEEPA não confere ao presidente autoridade para impor tarifas comerciais.

Desde então, o regime tarifário mudou. Atualmente, está em vigor uma tarifa adicional de 25% sobre diversos produtos brasileiros, adotada com fundamento na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, após investigação conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês). Neste mês, o USTR também anunciou a adição de uma alíquota de 12,5% ao País decorrente de investigações sobre trabalho forçado. O Brasil acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as sobretaxas.

CAMPANHA ELEITORAL

Moraes dá 48h para Daniel Silveira explicar publicação de vídeo no X

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem um prazo de 48 horas para o ex-deputado federal Daniel Silveira (**foto**) explicar o descumprimento da decisão que o impede de usar as redes sociais.

Silveira cumpre prisão em regime aberto e gravou um vídeo para apoiar a reeleição do senador Carlos Portinho (PL-RJ). A postagem foi feita no perfil do senador no X.

"Há expressa determinação judicial sobre a proibição de utilização de redes sociais como condição específica do regime prisional aberto imposto ao sentenciado Daniel Lucio da Silveira", afirmou Moraes.

Em 2023, Daniel Silveira foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos poderes e coação no curso do processo ao proferir ofensas e ameaças contra os ministros da Corte.



PAULO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATAQUE A LULA

Moraes pede manifestação da PGR após Flávio Bolsonaro não depor à PF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu prazo de 15 dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre a recusa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em comparecer ao depoimento marcado para ontem na Polícia Federal (PF).

Mais cedo, Flávio apresentou defesa escrita e não apareceu para depor no inquérito em que é acusado do crime de calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O depoimento estava previsto

para às 14h, mas os advogados de Flávio enviaram à PF uma manifestação na qual o senador se defende das acusações e solicita que a petição seja substituída pelo documento escrito. Por estar na condição de acusado, o senador não é obrigado a depor.

Diante da situação, o delegado Antônio Carlos Knoll informou ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, que o senador foi devidamente intimado, mas optou por apresentar defesa escrita.

"Demonstrada a intenção de Flávio Nantes Bolsonaro em não comparecer à Polícia Federal para prestar depoimento, con-

forme solicitado pela Procuradoria-Geral da República, determino o retorno dos autos ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 15 dias", decidiu Moraes.

O caso trata da postagem feita por Flávio na rede social X, no dia 3 de janeiro deste ano, quando o ex-presidente da Venezuela Nicolás Maduro foi capturado pelos Estados Unidos.

Na publicação, o senador declarou: "Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas".

ENTENDA

No mês passado, a PF encerrou o inquérito que apurou o caso e concluiu que o senador cometeu calúnia contra o presidente, ao relacioná-lo com os crimes citados na postagem.

Em seguida, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu o depoimento do senador, que foi autorizado por Moraes.

Gonet citou a legislação penal e disse que o senador poderia apresentar retratação de suas falas, possibilidade que pode isentá-lo de eventual condenação. O caso, então, voltou para a PF.

GOLPISTA

Débora do Batom não violou tornozeleira, diz secretaria de presídios

A Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo (SAP) informou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, conhecida como Débora do Batom, não violou a tornozeleira eletrônica.

O esclarecimento foi enviado ao Supremo após o ministro

Alexandre de Moraes solicitar explicações sobre falhas de sinal do equipamento.

Segundo a secretaria, as ocorrências da perda momentânea de sinal são inerentes à tecnologia de monitoramento eletrônico.

"No caso em análise, não foi expedido por este serviço qualquer ofício comunicando viola-

ção por parte da monitorada, uma vez que os eventos registrados decorreram exclusivamente de oscilações do sinal GNSS (GPS)", afirmou o órgão.

Débora foi condenada a 14 anos de prisão por participar dos atos golpistas de 2023 e pichar a frase "Perdeu, mané" na estátua A Justiça, localizada em frente ao edifício-sede do Su-

premo, com um batom.

Desde março do ano passado, Débora cumpre prisão domiciliar em Paulínia, São Paulo, onde reside. Ela é monitorada por tornozeleira eletrônica, não pode usar redes sociais e ter contato com outros investigados. No caso de descumprimento, ela deverá voltar para o presídio.

SUS

Diretor da OMS diz que Brasil é exemplo mundial por sistema de saúde

ABRASIL



RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus (**foto**), disse na segunda-feira que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo para o mundo por garantir atendimento universal a uma população de mais de 200 milhões de pessoas.

A declaração foi feita durante visita ao Hospital Federal do Andaraí, Zona Norte do Rio de Janeiro, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e de autoridades estaduais e municipais.

O diretor-geral da OMS destacou que poucos países possuem um sistema público com cobertura tão ampla.

"O SUS é um dos raríssimos sistemas de saúde no mundo que cobre toda a população. Com isso, garante acesso às pessoas que não têm condições de pagar pelos serviços de saúde", disse.

profissionais de saúde, pesquisadores e comunidades em todo o país.

"Mais uma vez, agradeço ao Brasil por mostrar que a eliminação é uma disciplina, e não apenas um slogan", disse.

A visita de Tedros ao Hospital Federal do Andaraí ocorreu durante sua passagem pelo Brasil para participar da Conferência Internacional sobre HIV/Aids e de compromissos com o Ministério da Saúde relacionados às estratégias de eliminação de doenças e fortalecimento da cooperação entre a OMS e instituições brasileiras.

Durante a visita, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a recuperação dos hospitais federais do Rio de Janeiro busca transformar essas unidades em centros de excelência.

"Não existe no planeta um país com mais de 100 milhões de habitantes que tenha um sistema universal de saúde funcionando como o nosso SUS", disse.

"O SUS funciona porque os faxineiros, os enfermeiros, os médicos, os técnicos e todos os trabalhadores tiveram coragem de cuidar das pessoas. É por isso que estamos fortalecendo o SUS", complementou.

"O Brasil mostra ao mundo que serve como exemplo. O sistema de saúde brasileiro é universal e demonstra que saúde deve ser para todos, não apenas para alguns", complementou.

Tedros ainda elogiou a atuação do Brasil na agenda internacional da saúde, citando o acordo global sobre pandemias aprovado neste ano e a cooperação histórica entre a OMS e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

ACIDENTE

Turista holandês morre após barco virar nas Cataratas do Iguaçu

LUIS FILIPE SANTOS/AE

Um turista holandês de 26 anos morreu no início da tarde desta terça-feira, após o barco em que ele estava virar durante um passeio nas Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

No total, oito pessoas estavam na embarcação: piloto, copiloto e seis turistas da Holanda. O homem que morreu viajava com a família da namorada: além do casal, também estavam no barco os pais dela, a irmã e a namorada da irmã. Todos foram resgatados da água.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, o primeiro acionamento do Corpo de Bombeiros relativo ao caso ocorreu às 12h20. Das vítimas, quatro (três mulheres e um homem) receberam atendimento da equipe do parque no local.

O jovem que morreu sofreu afogamento e a situação evoluiu para parada cardiorrespiratória. Ele foi atendido inicialmente pela equipe do parque,

transportado por embarcação até o porto seco e, na sequência, encaminhado por ambulância ao Hospital Municipal, onde o óbito foi confirmado.

O piloto e o copiloto procuraram atendimento posteriormente, foram avaliados por equipes do Corpo de Bombeiros e encaminhados à Unidade de Pronto Atendimento mais próxima. Não foram divulgadas mais informações sobre o estado de saúde deles.

As identidades das vítimas e da tripulação não foram reveladas, e ainda não há mais detalhes sobre como o acidente ocorreu. As investigações sobre as circunstâncias e causas do acidente serão conduzidas pela Polícia Civil do Paraná e pela Marinha, através da Capitania Fluvial do Rio Paraná.

O passeio vendido pela empresa Macuco Sáfangi inclui um trecho coberto de carro em meio à mata, uma trilha e, por fim, o passeio de barco no Parque Nacional do Iguaçu. A companhia também oferece serviços de rafting e rapel.

Pressão

Trump faz bravatas contra Irã e ameaça ‘terminar trabalho’

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que este é "um bom momento" para o Irã fechar um acordo nuclear com Washington e voltou a ameaçar uma ação militar caso as negociações fracassem. Em entrevista à Fox News, Trump disse que Teerã "essencialmente concordou" em não desenvolver armas nucleares, mas ressaltou que o compromisso ainda precisa ser formalizado.

"Se não tivermos um acordo com o Irã, voltaremos e terminaremos o trabalho", declarou. O presidente acrescentou que, se Teerã rejeitar um entendimento, "em duas horas as principais pontes do Irã serão destruídas", embora tenha afirmado que preferiria evitar ataques contra pontes e usinas de energia.

Trump também voltou a dizer que o Irã "entende que nunca terá uma arma nuclear" e afirmou que Washington chegou a ter um princípio de acordo com o país, mas "não pode mais permitir que eles quebrem acordos". Segundo ele, os EUA poderão tomar a montanha Pickaxe caso as negociações fracassem. "Sei exa-

tamente o que está acontecendo lá. Não é um grande problema", disse, referindo-se ao local.

O presidente afirmou ainda que o primeiro-ministro de Israel, o genocida Benjamin Netanyahu, "quer continuar envolvido" nos assuntos relacionados ao Irã e sugeriu que, se ele não fosse presidente dos EUA, "Israel não existiria hoje", insinuando que o país teria sido alvo de um ataque nuclear iraniano. Os dois líderes tiveram uma reunião bilateral na Casa Branca nesta terça, às 12h (de Brasília).

Sobre o Estreito de Ormuz, Trump declarou que "nós controlamos o estreito, não o Irã" e acrescentou que "passam por Ormuz apenas os navios que queremos que passem".

Trump também defendeu sua política comercial, afirmando que as novas tarifas "não prejudicarão a economia" e que elas "salvaram a General Motors". Além disso, disse que não faz questão de renovar o acordo comercial entre Estados Unidos, México e Canadá (USMCA, na sigla em inglês), argumentando que o tratado é mais importante para os parceiros do que para os EUA.

Navegação

Irã diz que país propôs reabertura de Ormuz a Omã e descarta os EUA

MATHEUS ANDRADE/AE

O vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Kazem Gharibabadi, que o país propôs a Omã um acordo temporário para reabrir o Estreito de Ormuz segundo o qual um sentido do tráfego passaria por águas iranianas e parte da rota em sentido contrário também percorreria águas do país persa. Em entrevista à televisão estatal do Irã, Gharibabadi disse que Teerã rejeitou uma proposta de Omã para uma divisão igualitária das rotas de trânsito entre os dois países, dizendo que tal plano não abordava as preocupações de

segurança de Teerã enquanto a estabilidade regional a longo prazo não fosse alcançada.

O representante disse ainda que o país não fez nenhum pedido de negociações com os Estados Unidos nos últimos 15 dias. "Os americanos nos pediram conversas, eles também nos enviaram uma mensagem, por meio de Omã, de que não realizarão ações militares contra nós", afirmou.

Ele ainda disse que o Estreito de Ormuz permaneceria fechado se Omã rejeitasse a proposta do Irã, acrescentando que Teerã nunca reconheceu a rota sul ao longo da costa de omaní.

Gás

Irã diz ter perdido 230 mi de metros cúbicos de capacidade de produção

PEDRO LIMA/AE

O governo do Irã afirmou ontem, que o país perdeu cerca de 230 milhões de metros cúbicos de capacidade de produção de gás em consequência dos ataques sofridos durante a guerra contra os Estados Unidos. A informação foi divulgada pela porta-voz do governo, Fatemeh Mohajerani, que também pediu à população que reduza o consumo de energia diante dos impactos sobre o abastecimento.

Segundo Fatemeh, a queda na produção reduz tanto o fornecimento de gás às refinarias quanto o combustível destinado às usinas de geração de energia, razão pela qual o governo solicita economia de energia à população. "O próprio presidente tem dado o exemplo", disse.

A porta-voz afirmou ainda que o governo havia elaborado planos de contingência antes mesmo da posse do atual

presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e que, em 13 de junho, delegou poderes especiais a grupos de trabalho, ministros e governadores para enfrentar a crise.

Segundo Fatemeh, uma das prioridades do governo é preservar o emprego por meio de pacotes de apoio às empresas, embora tenha reconhecido que as medidas "não atendem necessariamente a todas as necessidades". Ela acrescentou que o governo também busca garantir o abastecimento de bens essenciais, fortalecer a rede de proteção social e ampliar a resiliência econômica e social do país.

Em outra declaração, a porta-voz afirmou que o governo continuará fortalecendo as forças armadas "por todos os meios que considerar necessários". Ela elogiou os militares iranianos pela atuação durante o conflito e declarou que, apesar dos danos sofridos, "é absolutamente impossível que o Irã seja derrubado".

Comemoração

Peru festeja Independência com posse de Keiko Fujimori

Keiko Fujimori (**foto**) assumiu ontem, o cargo de presidente do Peru, após prestar juramento em uma cerimônia no Congresso, com o desafio de enfrentar o aumento do crime organizado e uma grave instabilidade política.

No juramento, ela prometeu que defenderá a soberania nacional, a liberdade, a democracia e a independência dos poderes. Acrescentou que cumprirá e fará cumprir a Constituição, respeitará as leis e zelará pela integridade física e moral de todos os peruanos, "especialmente daqueles que foram historicamente marginalizados".

Em seguida, colocou uma faixa presidencial nas cores vermelho e branco, confeccionada com um tecido brilhante e fios banhados a ouro.

Fujimori foi recebida no Congresso com aplausos dos senadores e deputados de seu partido político, a Força Popular, e das delegações estrangeiras. Ela havia se deslocado em um veículo cercado por guarda-costas pelas poucas quadras que separam o Ministério das Relações Exteriores do Parlamento, no centro histórico de Lima.

Na tribuna do Congresso estavam suas duas filhas, de 18 e 17 anos, e dois de seus irmãos que não participam da política local. Chamou a atenção a ausência de seu irmão mais novo, Kenji Fujimori, que foi um legislador popular que disputou com ela a liderança da Fuerza Popular em 2018 e acabou sendo expulso do partido.

A programação começou com a tradicional missa do Dia da Independência, celebrando os 205 anos da independência do país, e foi concluída no Congresso, onde ocorreu a transferência de poder e o primeiro pronunciamento da nova presidente.

Keiko prometeu endurecer combate ao crime organizado

Após tomar posse, Keiko apresentou ao Congresso as principais diretrizes do novo governo. Durante seu discurso, ela reforçou as promessas de endurecer o combate ao crime organizado, considerado o principal desafio da nova gestão, além de abordar medidas para recuperar a estabilidade política, impulsionar a economia e enfrentar os possíveis impactos do fenômeno El Niño no país. "Temos medo por nossas vidas ao sair de casa ou de que nossas casas sejam inundadas nos próximos meses", declarou.

A presidente eleita afirmou que as Forças Armadas deverão liderar as operações de seguran-

Japão

Terremoto de magnitude 7,1 em Kyushu deixa mortos e feridos

Um terremoto de magnitude 7,1 sacudiu a província de Kumamoto, na ilha de Kyushu, no sul do Japão, no fim da tarde de ontem (pelo horário local), deixando feridos e mantando ao menos duas pessoas, e causando danos, segundo autoridades. Um alerta de tsunami chegou a ser emitido, mas foi suspenso em menos de duas horas, informou a Agência Meteorológica do Japão (JMA, na sigla em inglês).

A JMA afirmou que o alerta abrangia os mares de Ariake e Yatsushiro, na costa oeste das províncias de Kumamoto, Nagasaki, Fukuoka e Saga, a cerca de 900 quilômetros a sudoeste de Tóquio.

O Serviço Geológico dos EUA (USGS) informou inicialmente que o tremor teve magnitude 7,1, mas depois revisou a estimativa para 6,8.



WIKIPÉDIA

ça temporariamente em regiões do país com altos índices de violência e criminalidade, em coordenação com a Polícia Nacional.

"Faremos uso de todas as ferramentas que a Constituição permite ao governo", disse. Segundo ela, a situação em que recebe o Estado é tão catastrófica que fez com que o Peru tenha hoje uma das maiores desigualdades sociais.

Entre suas prioridades, ela destacou o fortalecimento da Polícia Nacional e um processo de modernização que incluirá sistemas de vídeo, inteligência artificial (IA) e centros de comando capazes de dar uma resposta rápida à criminalidade.

Fujimori afirmou ainda que "a luta não será apenas contra o criminoso comum: iremos atrás das máfias nacionais e internacionais que financiam a extorsão, os assassinatos por encomenda, o tráfico de drogas e a mineração ilegal".

"Nenhum integrante que se dedique à prática de crimes enconrará proteção em nosso governo", afirmou. Ela ainda afirmou que deverá promover uma reforma penitenciária, para que as prisões "voltem a ser centros de reclusão e não centros de operação do crime organizado".

Keiko afirmou também que agora se inicia uma contagem regressiva irreversível, na qual

cada órgão terá de trabalhar intensamente, com metas e prestação de contas constantes.

Delegações

Antes da sessão solene, Keiko recebeu representantes das delegações estrangeiras na sede do Ministério das Relações Exteriores, no Centro Histórico de Lima. A cerimônia de posse reuniu autoridades de diversos países, entre elas os presidentes da Argentina, Javier Milei, do Equador, Daniel Noboa, do Paraguai, Santiago Peña, e do Uruguai, Yamandú Orsi, além do rei espanhol Felipe VI. O Brasil é representado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Antes de seguir para o Congresso para a cerimônia de transmissão da faixa presidencial, o presidente interino, José María Balcázar, falou com a imprensa ao deixar a celebração religiosa. Na ocasião, desejou sucesso à sucessora e afirmou que entregava "um país com uma economia saudável, tudo em ordem".

Na véspera da posse, a presidente definiu os primeiros nomes do gabinete. O vice-presidente Luis Galarreta foi escolhido para comandar o Conselho de Ministros, cargo equivalente ao de primeiro-ministro. Também foram anunciados o economista Elmer Cuba para o Ministério da Economia e o ex-jorna-

lista e ex-candidato à Presidência Carlos Espá para o Ministério das Relações Exteriores. Os demais integrantes da equipe, formada por 19 ministérios, devem ser apresentados após a cerimônia.

Aos 51 anos, Keiko retorna o fujimorismo ao poder após vencer a eleição presidencial de junho por uma diferença inferior a 50 mil votos sobre o candidato de esquerda Roberto Sánchez. Filha do ex-presidente Alberto Fujimori, ela assume um mandato até 2031 em um país que teve oito presidentes desde 2016 e enfrenta um período de intensa polarização política.

Protestos

Um grupo de parlamentares da oposição retirou-se do plenário do Parlamento pouco antes de Keiko Fujimori iniciar seu discurso de posse, ao grito de "justiça para as vítimas", em referência às 50 pessoas assassinadas entre 2022 e 2023 nos protestos contra o governo da ex-presidente Dina Boluarte, aliada de Fujimori.

A saída dos membros da oposição, especialmente do Juntos pelo Peru, foi recebida com aplausos dos parlamentares conservadores da Força Popular, o partido de Fujimori, e de seus aliados. Fujimori observou o ocorrido em silêncio.

Familiares dos manifestantes mortos nos protestos de 2022 e 2023 e das pessoas assassinadas durante o governo do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000) lavaram bandeiras vermelho e brancas do Peru e afirmaram que a presidente eleita não os representa.

"A justiça está longe de nós; hoje lavamos a bandeira em memória desses mártires que foram assassinados desde 12 de dezembro de 2022... mas também por aqueles irmãos que continuam esperando há 35 anos, por aqueles mortos que até hoje não foram encontrados", disse Milagros Samillán, irmã de Marco Samillán, um estudante de medicina assassinado em 2023 pelas forças de segurança enquanto prestava socorro a manifestantes feridos.

Ela acrescentou que "Keiko Fujimori não nos representa, não é nossa presidente; lavamos a bandeira que deveria estar limpa, mas continua manchada de sangue, injustiça, corrupção e impunidade".

O partido de Fujimori no Parlamento protegeu, com seus votos, a então presidente Dina Boluarte de sete pedidos de impeachment. Por fim, Boluarte foi destituída pelo Parlamento em outubro de 2025.

Os próximos dois a três dias. Ele ressaltou, porém, que não foi observado tsunami, já que o terremoto ocorreu em área continental. A Autoridade de Regulação Nuclear do Japão informou que não foram encontradas anormalidades em três usinas nucleares próximas. Trens-bala Shinkansen e trens locais em Kyushu foram suspensos para verificações de segurança. A pista do Aeroporto Aso Kumamoto também foi fechada, sem "previsão de retomada das operações", segundo aviso no site do terminal. O Ministério da Defesa do Japão disse que enviou aeronaves à região para avaliar a situação.

Kumamoto foi atingida por um terremoto fatal em 2016, que deixou mais de 50 mortos, 1.800 feridos e dezenas de milhares de casas danificadas ou destruídas.